Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,

no contexto da Diversidade Cultural

DEBATENDO O SEXISMO COM ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SAMAMBAIA-DF.

ADRIANO LIRA COSTA

BRASÍLIA

2015

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,

no contexto da Diversidade Cultural

ADRIANO LIRA COSTA

DEBATENDO O SEXISMO COM ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SAMAMBAIA-DF.

Projeto de pesquisa-intervenção do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural. Sob orientação da professora Me. Diana Mara Gerber.

BRASÍLIA

2015

Costa, Adriano Lira.

Debatendo o sexismo com alunos do 2º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública de Samambaia-DF/ Adriano Lira Costa. – Brasília, 2015.
f. 34: il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia - EaD, 2015.
Orientadora: Prof. Me. Diana Mara Gerber, Departamento de Psicologia.

1. Sexismo. 2. Escola. 3. Diversidade Cultural. I. Título.

Adriano Lira Costa

DEBATENDO O SEXISMO COM ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SAMAMBAIA-DF.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do aluno

Adriano Lira Costa

_____

Professora Mestre Diana Mara Gerber

Professora Orientadora

_____

Professora Doutora, Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Professora Examinador

Brasília, 14 de novembro de 2015.

Dedico esta pesquisa a minha esposa Ana Paula.
Aos meus filhos João Pedro e Lucas Eduardo.
Aos meus alunos.

Agradeço, primeiramente, a Deus pela grandiosa oportunidade de ter participado da Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Aos meus familiares e amigos por ter me dado apoio e incentivo para a conclusão deste curso.

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho monográfico tem como proposta debater o sexismo com alunos do Ensino Fundamental. Foi feito um estudo qualitativo numa escola pública de Samambaia- DF, utilizando como instrumentos de coleta de dados uma observação das interações dos alunos de uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental, além de uma oficina e debate com os alunos da turma. A pesquisa busca perceber as ações que reforçam pensamentos sexistas no ambiente escolar e analisar o papel da escola no contexto da diversidade cultural frente aos estereótipos de gênero. Os resultados apontam que as crianças trazem de casa os estereótipos acerca do ser menino e do ser menina, mas quando chegam à escola todos as suas atitudes e pensamentos são reforçados, uma vez que a escola, em vários momentos ainda segrega meninos e meninas a fim de promover a organização e a disciplina em sala de aula, assim como, em momentos de justificar comportamentos. Mas a escola tem o papel imprescindível de contribuir para uma educação livre de rótulos, e de levar os estudantes a uma visão crítica do mundo que os cerca e serem coparticipantes de uma educação voltada para e em direitos humanos no contexto da diversidade cultural.

Palavras-chave: Sexismo; Escola; Diversidade cultural.

SUMÁRIO

1 - Tema 10

2 - Problematização 10

3 - Justificativa 13

4 - Objetivos de pesquisa 14
4.1 - Objetivo geral 14
4.2 - Objetivos específicos 14

5 - Referencial teórico 15
5.1 - A educação escolar frente aos estereótipos acerca do ser menino e do ser menina no contexto da diversidade cultural..... 15
5.2 - Sexismo no ambiente escolar..... 20
5.3 - O PPP na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos 23

6 - Metodologia 25

7 - Ações Interventivas 28

8 - Análise e discussão do processo de intervenção 29

9 - Considerações finais 32

10 - Referências bibliográficas 33

1 – TEMA

Debatendo o sexismo com alunos do 2º ano do ensino fundamental em uma escola pública de Samambaia-DF.

2 – PROBLEMATIZAÇÃO

Falar de sexismo é falar de segregação dos gêneros, entende-se por gênero as funções sociais de homens e mulheres, nas diversas atividades desenvolvidas na sociedade. De acordo com a Wikipédia (2015) [1]

> Sexismo é termo que se refere ao conjunto de ações e ideias que privilegiam determinado gênero ou orientação sexual em detrimento de outro gênero (ou orientação sexual). Embora seja constantemente usado como sinônimo de machismo é na verdade um hiperônimo deste, já que é possível identificar diversas posturas e ideias sexistas (muitas delas bastante disseminadas) que privilegiam um gênero em detrimento a outro.

Essa segregação começa ainda na primeira infância, quando se separa a cor da roupa, os brinquedos e até mesmo o jeito de agir diante do outro, da sociedade. Depois, perpassa a escola e atinge os diversos âmbitos da sociedade, com outras proporções, que podem até ser negativas, originando as discriminações de gênero. Às mulheres espera-se papéis mais voltados ao cuidado, aos homens, papéis mais voltados ao comando, à chefia. Há um tempo, isso era mais rígido, e geralmente as mulheres ficavam as margens da sociedade, e tinham apenas o destino de serem mães e donas de casa. Pulino (2014, p. 4) destaca que

> Algum passo ainda desconhecido de nossa história decidiu que homens e mulheres teriam não apenas papeis sociais diferenciados na reprodução da espécie, mas também que ocupariam papéis sociais diferentes. E nessa decisão, criou-se o estatuto inferior das mulheres, que dever ser conduzidas, tuteladas, dominadas pelos homens.

Esses papéis não são naturais, mas foram culturalmente naturalizados em nosso modo de ser e viver. “A naturalização dos papéis de gênero é uma dos grandes entraves e dificultador para a modificação das relações entre homens e mulheres em

[1] https://pt.wikipedia.org/wiki/Sexismo

nossa sociedade” (PULINO, 2014, p. 5). Então, as mulheres, até mesmo por estarem em estado inferior, são pioneiras na luta contra o sexismo. Conquistaram o direito de decidir dedicar-se à vida maternal ou não. Hoje buscam estar nos diversos contexto de trabalho e principalmente cargos de chefia, trabalhos estes que eram exclusivamente ocupados por homens, como, entre outros, a presidência da república. Entretanto não são as únicas a sofrerem discriminação de gênero. O homem que fica exclusivamente em casa com o trabalho doméstico é taxado como incompetente profissional, ou aquele que ingressa em atividades profissionais culturalmente exercidas por mulheres fica com sua sexualidade questionada, como se o gênero ou a orientação sexual definissem a competência profissional.

Diante deste contexto, podemos dizer que precisamos trabalhar essa diferença naturalizada que hierarquiza homens e mulheres, e podemos fazer isso começando pela escola, que é um ambiente que acolhe a todos os sujeitos e toda diversidade cultural que estes sujeitos podem compartilhar em suas relações sociais, mas esta, deve estar atenta, pois crianças e jovens chegam à escola com toda a sua bagagem cultural, com todos os seus (pré)conceitos em formação. E não só por isso, mas aqueles que estão na escola para ensinar, professores e profissionais da educação, também são sujeitos que recebem e passam essa gama cultural dos ambientes em que vivem e cresceram. Pulino (2014, p. 5) nos lembra que

> Se por um lado há uma discussão no campo da educação em torno de uma abordagem em prol da tolerância e do respeito para com a diversidade cultural; por outro, proliferam-se atitudes de violência contra as pessoas que se encontram fora dos padrões e das normas culturais da sociedade em que se vive. O intenso processo de globalização no qual vivemos, no presente, tenta impor a classificação dos comportamentos e dos corpos, além da homogeneização das pessoas e das culturas.

E ainda de acordo com Pulino (2014, pp. 4-5):

> As transformações sociais, em nível global, afetam a educação brasileira de hoje e promovem reformas político-educacionais que trazem novos imperativos pedagógicos e curriculares. Sob a nomenclatura “atenção à diversidade” muitos programas e ações governamentais visam à mobilizar estratégias de promoção e valorização das diferenças. No entanto, é preciso analisar criticamente tais projetos, como têm sido realizado, pois, infelizmente, tais projetos político-pedagógicos podem apontar processos de exclusão.

Portanto, cabe a escola pensar e repensar seu papel frente aos estereótipos de gêneros que reforçam pensamentos sexistas que estão enraizados nos sujeitos que ali convivem. Para tanto, é necessário começar das crianças, que ainda estão começando a desenvolver seu pensamento crítico, assim esta pesquisa tem como problemática o seguinte questionamento: O que pensam as crianças sobre os estereótipos acerca do ser menino e menina?

3 – JUSTIFICATIVA

A sociedade impõe algumas “verdades” para nós, uma delas é que existem atividades masculinas e atividades femininas. Culturalmente ouvimos expressões como: “as meninas são muito delicadinhas e meninos são muito selvagens”. Assim sendo “os modelos de homem e de mulher que as crianças têm à sua volta, na família e na escola, apresentados por pessoas adultas, influenciarão a construção de suas referências de gênero” (CARRARA et al., 2009, p. 52). Não pretendo nesta pesquisa “reinventar a roda”, mas luto para que as aptidões pessoais sejam mais importantes do que simplesmente o gênero, sobretudo, dentro do espaço escolar, onde, essas aptidões devem ser respeitadas e incentivadas.

Pensar em gênero é pensar na luta de igualdade de direitos, homens e mulheres querem a felicidade profissional, entre outras coisas, mas para isso precisamos superar pensamentos retrógrados, os quais nos levam a atitudes preconceituosas, a fim de conquistar a almejada igualdade de gênero “conceito que define a busca da igualdade entre os membros dos dois gêneros humanos, homens e mulheres, derivado de uma crença numa injustiça, existente em diversas formas, de desigualdade entre os sexos” (WIKIPÉDIA, 2015).[2]

O tema “Debatendo o sexismo com alunos do 2º ano do ensino fundamental em uma escola pública de Samambaia-DF.” nos conduzirá por este trabalho de pesquisa, mostrando o sexismo que existe e analisando como a escola pode contribuir para romper estes modelos de discriminação, e assim se tornar uma escola que respeita a diversidade e desenvolva a inclusão de todos os indivíduos de acordo com suas diferenças e interesses. Uma vez que, de acordo com Carrara (2009, p. 33):

> A diversidade cultural escolar não pode ficar restrita às datas comemorativas, ou pior, inviabilizada. [...] A diversidade está presente em cada entrelinha, em cada imagem, em cada dado, nas diferentes áreas do conhecimento, valorizando-a ou negando-a. É no ambiente escolar que as diversidades podem ser respeitadas ou negadas. É da relação educadores/as, entre estes/as e os/as educandos/as e entre os educandos/as que nascerá a aprendizagem da convivência e do respeito à diversidade.

[2] https://pt.wikipedia.org/wiki/Igualdade_de_g%C3%A9nero

4 – OBJETIVOS DE PESQUISA

4.1 – OBJETIVO GERAL:

- Analisar o sexismo a partir de debate com alunos de 2º ano do ensino fundamental de escola pública de Samambaia – DF.

4.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Reconhecer o papel da escola no contexto da diversidade cultura frente aos estereótipos de gênero.
- Perceber ações que reforçam pensamentos sexistas no ambiente escolar;

5 – REFERENCIAL TEORICO

5.1 A educação escolar frente aos estereótipos acerca do ser menino e do ser menina no contexto da diversidade cultural.

Para começar a falar de gênero, seus estereótipos e as discriminações que o rodeiam, é preciso antes falar um pouco sobre a diversidade cultural que permeia a sociedade brasileira. De acordo com Pulino (2014, p. 08):

> Nós brasileiros, constituímo-nos como um povo marcado pela diversidade cultural que, até hoje se expressa em nossa aparência, em nossas crenças, nas palavras que usamos, em nossos costumes, religiões, nas artes plásticas, na música, na dança.

Essa diversidade cultural surgiu em nossa sociedade e transformou-se em uma das nossas riquezas, mas também, junto a esta, veio a segregação e a submissão de grupos. Ainda de acordo com Pulino (2014, p. 08):

> Essa diversidade tem se articulado historicamente com uma estrutura social marcada por extrema desigualdade econômico-política, o que se expressa no cotidiano das práticas sociais. Exibe-se no país um quadro que evidencia as relações de poder marcadas pela hegemonia do branco, adulto, do gênero masculino, educado, bem posicionado economicamente, bem alimentado e vestido, proprietário de casa própria, politicamente atuante.

Em nossa rica diversidade cultural temos contato com o diferente. E dentro do nosso contexto histórico, aqueles que não fazem parte daquela hegemonia a qual Pulino ressaltou, é muitas vezes colocado às margens da sociedade. Assim sendo, o diferente “pode assumir duas posições: uma de vulnerabilidade – viver uma experiência de precária condição de vida; a outra, de resistência à sua condição de vulnerabilidade” (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2014, p. 3). Assim, podemos citar práticas que permeiam a história de muitas pessoas e as fazem sujeitos de vulnerabilidades: classismo, etarismo, intolerância religiosa, racismo, sexismo, entre outros.

Contudo, há uma crescente luta em favor do respeito às diferenças e do combate aos diversos tipos de discriminação que permeiam a sociedade. Freire (et al., 2009, p. 9) afirma que

> Durante todo o século XX e início do século XXI as lutas pela igualdade de gênero, étnico-racial e também pelo respeito à diversidade têm sido constantes. Todavia, o predomínio de atitudes e convenções sociais discriminatórias, em todas as sociedades, ainda é uma realidade tão persistente quanto naturalizada.
> O Brasil tem conquistado importantes resultados na ampliação do acesso e no exercício dos direitos, por parte de seus/suas cidadãos/cidadãs. No entanto, há ainda imensos desafios a vencer, quer do ponto de vista objetivo, como a ampliação do acesso à educação básica e de nível médio, como do ponto de vista subjetivo, como o respeito e a valorização da diversidade. As discriminações de gênero, étnico-racial e por orientação sexual, como também a violência homofóbica, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira. A escola, infelizmente, é um deles.

Como bem foi colocado na citação acima, a escola é um espaço onde todas essas relações de discriminação se entrelaçam, assim como é um espaço que acolhe todos os sujeitos de vulnerabilidades, portanto, o nosso olhar deve volta-se para ela, pois é ali que ocorrem as primeiras relações sociais assim como reflexões que levam à uma mudança de comportamento e levam para um exercício pleno de cidadania. Para Libâneo (1994, p.17):

> A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social. Não há sociedade sem pratica educativa, nem pratica educativa sem sociedade. A pratica educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.

E ainda, agora de acordo com Carrara (2009, p. 15):

> A escola em sua missão de formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações. Pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos/as à cidadania e compreender que, dentro dos limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política.

Então, ao mesmo tempo que a escola tem esse papel de formação do indivíduo, ela também é influenciada pelos modos de agir e pensar dos sujeitos que dela participam, ou seja, ela também é marcada pela herança cultural de cada sociedade.

Assim sendo, a escola também transmite estereótipos que segregam os sujeitos de vulnerabilidade que ali podem estar, muitas vezes isso acontece de forma oculta, e outras não tão ocultas assim, mas acontece que muitos desses estereótipos estão enraizados em nosso cultura, que já não os percebemos como discriminatórios, pois eles se naturalizaram em nós. Estereótipos, segundo Carrara (2009, p. 35)

> Consiste na generalização e atribuição de valor (na maioria das vezes negativo) a algumas características de um grupo, reduzindo-o a estas características e definindo os "lugares de poder" a serem ocupados. É uma generalização de julgamentos subjetivos feitos em relação a um determinado grupo, impondo-lhes o lugar de inferior e o lugar de incapaz no caso dos estereótipos negativos.

Um desses estereótipos diz respeito ao sexismo que segrega meninos e meninas no ambiente escolar e compactuam ainda mais com as ideias que as crianças já trazem do seio familiar. Ideias como as tão famosas frases: "homem que é homem não chora", "rosa é para meninas", "boneca é de menina" e "carrinho é de menino", ou comportamentos esperados, as meninas devem casar e serem mães, os meninos podem antecipar o máximo sua primeira experiência sexual, e assim por diante. Carrara (et, al., 2009, p. 18) fala que

> Desde que nascemos somos educados/as para conviver em sociedade, porém de maneira distinta, caso sejamos menino ou menina. Esta distinção influencia, por exemplo, a decoração do quarto da criança, a cor das roupas e dos objetos pessoais, a escolha dos brinquedos e das atividades de lazer. Assim que mãe, pai e familiares recebem o resultado do ultrassom, passa-se a "desenhar" o lugar da criança. Se menina, roupas e decorações cor-de-rosa. Se menino, tudo azul. Num passado não muito distante, quando não havia o recurso de informação prévia do sexo biológico da criança, a maior parte do enxoval era verde água ou amarelo.

Na maioria das vezes, essas ideias que segregam os gêneros, tendem a hierarquizá-los também, deixando, geralmente, as mulheres em posição inferior ao homem. De acordo com CARVALHO (2014, texto digital) [3]

> As mulheres ganham, em média, 70% do salário dos homens pelo mesmo trabalho. Isso quer dizer que quando eles ganham mil reais, elas ganham 700. As mulheres também são minoria em cargos de chefia e pouco presentes em áreas de atuação tradicionalmente masculinas. Por outro lado, as mulheres

[3] http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/igualdade-genero-756416.shtml

> acumulam, além do trabalho, os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos.

Mas os homens, também sofrem quando eles desenvolvem atividades ou atitudes que culturalmente foram consideradas femininas, como por exemplo, dançar balé, ficar em casa cuidando e crianças, entre outros, pois acabam sendo punidos com insultos. Enfim homens e mulheres, quando não estão dentro dos padrões exigidos culturalmente, acabam-se tornando pessoas passives de discriminação de gênero. E isso se torna muito mais pesado quando volta-se a sexualidade. Carrara (et al., 2009, p. 52) nos chama atenção porque

> Esses modelos de comportamento sexual e social podem se tornar verdadeiras prisões ou fontes de agudo sofrimentos quando os rapazes e as moças não se encaixam nos estereótipos de gênero previamente designados. Qualquer inadaptação ou desvio de conduta corre o risco de ser duramente criticada/o ou discriminada/o socialmente: elas podem se tornar “putas” e “galinhas” (em razão de uma vida sexual ativa), ou “sapatões”, “machonas” ou “freiras” (como categoria de acusação em alusão à castidade para as que se recusam a aderir à pratica sexual por imposição do parceiro); e eles, “bichas”, “veados”, “mulherzinha”, “maricas”. Em suma há modelos de gênero rigidamente estabelecidos que inspiram representações e práticas sociais para jovens de cada sexo.

Esses rapazes e moças, meninos e meninas, estão dentro da escola, com todos esses estigmas e estereótipos enraizados ao seu modo de ser e viver. Por isso, voltando para o papel da escola, tem-se nesta a maior responsabilidade de combater as ações que levam a segregar meninos e meninas, desenvolvendo assim uma educação em e para a diversidade cultural, ou seja uma educação que respeite e busque os direitos humanos daqueles que são excluídos por serem diferentes dos padrões determinados em nossa sociedade. Para Sousa Jr (*apud*. JUNIOR E SOUSA, 2014, p. 9), “os direitos humanos são lutas sociais concretas da experiência de humanização. São, em síntese, o ensaio de positivação da liberdade conscientizada e conquistada no processo de criação das sociedades, na trajetória emancipatória do homem”.

Essa experiência de humanização começa quando nascemos e vai desenvolvendo-se durante nosso crescimento. Pulino em seus escritos fala do tornar-se humano, (2014, p. 5):

> O processo de constituição do sujeito, de sua identidade, é um processo social, cultural e histórico, que se dá por meio das relações formais e

> informais na sociedade, e que se caracteriza por ser um processo de mão dupla; na medida em que o indivíduo, agindo no mundo e relacionando-se com os outros, constitui-se e participa da construção da sociedade e da cultura.

Portanto, os sujeitos se constituem a medida em que vão crescendo e participando das interações sociais que os ambientes que em que vivem lhes proporciona. A escola, então é um riquíssimo ambiente, onde o sujeito ao tornar-se humano precisa cuidar se si e do outro.

5.2 Sexismo no ambiente escolar

A escola como vimos no capítulo anterior, tem uma grande responsabilidade social de promover a educação em e para os direitos humanos no contexto da diversidade cultural. Para isso, é necessário que os profissionais de educação voltem suas práticas educativas ao enfrentamento dos preconceitos enraizados em nossa sociedade. De acordo com Libâneo (1994, p.21) entende-se a pratica educativa como

> Parte integrante da dinâmica das relações sociais, das formas da organização social. Suas finalidades e processos são determinados por interesses antagônicos das classes sociais. No trabalho docente, sendo manifestação da prática educativa, estão presentes interesses de toda a ordem – sociais, políticos, econômicos, culturais – que precisam ser compreendidos pelos professores.

Assim sendo, temos que inquietar nossos alunos, desde os mais novos, para uma postura cidadã, democratizar as relações em sala de aula, desmistificar a ideia que cada indivíduo nasceu para um único propósito, somos seres pensantes, com desejos próprios, ativos em uma sociedade com inúmeras possibilidades. Sobre convivência, Pulino (2014, p. 3) afirma:

> A ideia é que a convivência se dê não como um momento de “ensino sobre algo, ou sobre uma maneira de agir”, a ser aplicável em outro momento, na vida das/dos jovens, mas como uma maneira efetiva de ser, de conviver, de construir conhecimento, de assumir posturas e de fazer escolhas. Afinal, a escola é um lugar para se viver e conviver, e não um espaço para se ensaiar a vida.

Tomando como base o que Pulino falou sobre viver e conviver no espaço escolar, é que nossas escolas, principalmente os professores, devem atentar-se para não legitimar as hierarquias de gênero, com atitudes sexistas. Pois muitas vezes, os professores em sua sala de aula organizam o ambiente de forma que segrega meninos e meninas a fim de manter a disciplina e o rendimento. Carrara (2009, p. 94) nos lembra que

> As diferenças percebidas entre os sexos, em razão da existência das relações de gênero, são organizadoras do espaço social, ou seja, o fato de as meninas e as moças serem consideradas mais quietinhas e de os meninos

> e rapazes serem vistos como os mais bagunceiros é levado em conta na hora de decidir quem vai sentar com quem e em quais lugares da sala.
> Por um lado, há quem organize os alunos e as alunas em alternância nos assentos da sala de aula. Com o objetivo de criar disciplina, nas séries iniciais, meninos sentam-se com meninas e meninas sentam-se com meninos. O objetivo disto, segundo alguns/mas professores/as, é garantir menor possibilidade de dispersão. Parte-se da idéia de que tal "mistura" poderia assegurar um bom andamento da disciplina em sala de aula. Por outro lado, alguns/mas docentes, para instituírem ordem, não juntam meninas e meninos, ao contrário, lançam mão da "separação" dos grupos, o que também é justificado por eles/as com base nas diferenças sexuais.

Dessa forma, professores e professoras têm buscado características estereotipadas para manter a ordem na classe, desprezando as individualidades dos estudantes, mas não para por aqui, há outros modos de segregar os alunos no ambiente escolar, justificando, por exemplo, suas atitudes pelo seu sexo, tais como: meninos são barulhentos, desorganizados, agressivos e meninas são cuidadosas, perseverantes, disciplinadas. Ou propiciando atividades que reforçam esse lado "agitado" dos meninos e "disciplinado" das meninas, assim na maioria das vezes os meninos estão envolvidos com jogos com bola ou corridas e as meninas com dança, corda ou andoletas. Carrara (2009, p. 106) fala que

> Os/as educadores/as não se dão conta de quão silenciosa, sutil e reiteradamente as masculinidades e as feminilidades são construídas e lapidadas cotidianamente: com gestos, falas, orientações, olhares, jogos, brincadeiras, ocupações de espaços, comportamentos e avaliações. Assim também no que diz respeito aos livros didáticos, às normas, à própria organização da escola, aos conteúdos, ao currículo.

Isto acontece, pois a educação não é neutra, nas interações do processo de ensino e aprendizagem, além dos valores culturais que os alunos trazem de casa, existe ainda a subjetividade do professor e este carrega em si padrões naturalizados do ser homem ou ser mulher. Bernard Charlot (*apud*. PULINO, 2014, p. 02) afirma

> Que a educação consiste num processo de humanização, de socialização e entrada numa cultura, e de singularização – subjetivação. Sustenta que as três dimensões são indissociáveis e que se articulam no processo educacional, sendo que cada uma pode se sobressair em relação às outras, mas sempre ocorrem juntas.

Assim sendo, "a pessoa com quem nos relacionamos em sala de aula ao mesmo tempo constrói um conhecimento de mundo, dos outros com quem convivem

em sociedade, e de si mesma” (PULINO, 2014, p. 02), portanto o professor deve almejar e possibilitar a seus educandos e educandas que participem e contribuam para uma socialização livre de rótulos, onde ao mesmo tempo em que internalizam os processos culturais, sociais e históricos da humanidade, atribuam a eles um sentido pessoal.

A sala de aula deve ser um espaço para a construção da cidadania. O professor ao organizar suas aulas e decidir como irá dispor os alunos na classe precisa observar se está proporcionando um local e uma abertura para que todos tenham voz e participem ativamente da construção do conhecimento. Pulino (2014, p. 3) ressalta que

> A democratização das relações em sala de aula, uma abertura para a participação de todos/as, com funções especificas, previamente definidas pelo coletivo da turma, é, sem dúvida, um ambiente propício para a construção de um ambiente de criatividade e responsabilidade, fértil de ideias novas e de negociações produtivas, que possibilitam o processo de ensino-aprendizagem seja um modelo de convivência e de postura crítica que pode se estender para outras instâncias da vida dos jovens.

Ainda com Pulino (2014, p. 2)

> Podemos dizer que essa maneira de trabalhar proporciona que os alunos e as alunas se responsabilizem por sua participação nas aulas, que argumentem, discutam, discordem, cumpram seu papel, tomem decisões coletivas, ajam, enfim, como cidadãs e cidadãos, na comunidade da sala de aula. A sala de aula se torna, assim, um espaço de construção e exercício da cidadania. E, para além desse exercício de autonomia intelectual, alunos, alunas e professores/as assumem democraticamente a regulação das relações em sala de aula.

5.3 – O PPP na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos

De acordo com os capítulos anteriores, podemos perceber que é no ambiente escolar que o sujeito constrói visão crítica do mundo que o cerca e que os professores tem a responsabilidade de possibilitar aos estudantes uma participação ativa, consciente e democrática nos diversos setores da sociedade, pois “a sala de aula deve ser um local de aprendizagem, do debate argumentado, das regras necessárias à discussão, da tomada de consciência, das necessidades e dos procedimentos de compreensão do pensamento do outro ...” (Morin *apud* SOUZA, 2014, p. 04).

Por isso, é que a escola deve preocupar-se em criar estratégias de ensino-aprendizagem que respeitem a diversidade cultural ali existente, desta forma é preciso construir o Projeto Político Pedagógico (PPP) na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos. Para Veiga (*apud.* LAGAR et al.,2012, p. 54)

> [...] o projeto político pedagógico é um documento que não se reduz ao conjunto de projetos, atividades diversas e planos de aula ou mero cumprimento de tarefa burocrática. Deve apontar um rumo, uma direção, um sentido explicito para um compromisso estabelecido coletivamente. E, ainda, explicitar os fundamentos teórico-metodológicos, objetivos, tipo de organização e as formas de implementação e avaliação da escola. Em termos teóricos, fundamenta-se na unicidade teórica e prática estabelecidos em parâmetros curriculares, ações conscientes e organizados da escola, tendo como pressuposto a reflexão coletiva que articule escola, família, comunidade.

O projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser construído coletivamente, com a participação de todos os sujeitos da comunidade escolar e deve seguir os seguintes princípios norteadores, Lagar (et al., 2012, p. 55)

> - **Igualdade** de condição para acesso e permanência na escola; é mais que a expansão quantitativa de vagas.
> - **Qualidade** de educação para todos: implica duas dimensões indissociáveis técnica/formal e política.
> - **Gestão democrátic**a: consagrada pela Constituição Federal de 1988 e abrange as dimensões política, administrativa e financeira. Visa romper com os pressupostos neotecnicistas (separação entre concepção e execução, entre pensar e fazer, entre teoria e prática).
> - **Liberdade** associada à ideia de autonomia. Liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente.

> - **Valorização do magistério**: refere-se à formação inicial e continuada, às condições de trabalho, à dedicação integral à escola, à redução do número de alunos em sala de aula e remuneração digna.

Portanto, o PPP é um documento que norteia as práticas pedagógicas a fim de buscar refletir na sociedade que queremos construir. Ele deve ser flexível para atender as peculiaridades de sua comunidade, respeitando suas individualidades ao mesmo tempo que busca emancipar os sujeitos que a ela pertence, sempre buscando ser um espaço democrático. De acordo com Chagas e Pedroza (2014, p.10)

> Para assegurar os objetivos da Educação em e para os Direitos Humanos, a educação deve ter como base a participação do indivíduo no movimento do progresso histórico e deve buscar se fundamentar em pressupostos científicos, salientando o papel das relações e do trabalho social. É preciso perceber no cotidiano escolar seu potencial transformador e questionador da sociedade e sua dimensão progressista. Certamente não será a escola sozinha que irá construir todos os direitos humanos, porém encontram-se no interior da escola forças atuando para as transformações da própria escola e da sociedade. A formação do cidadão não pode, nem deve, ser de forma puramente espontânea e absolutamente livre.

6 – METODOLOGIA

6.1. Abordagem da pesquisa

A pesquisa teve abordagem qualitativa, de caráter descritivo, porque não envolve dados, dessa forma permitiu uma melhor interação com os sujeitos da intervenção para a compreensão do que pensam as crianças sobre os estereótipos acerca do ser menino e menina. De acordo com Maciel e Silva (2014, p. 20)

> Dessa forma, na perspectiva da abordagem qualitativa de pesquisa, tem-se o caráter construtivo-interativo que permite ao pesquisador abrir campos de diálogo com o sujeito pesquisado e este com o pesquisador. Além, claro, de funcionarem como canal de diálogo com o que se está investigando.

Portanto, a abordagem qualitativa pode permitir um estudo mais global da questão sob exame.

6.2. Sujeitos de pesquisa

A presente pesquisa será realizada por meio de observação dos comportamentos dos alunos, em momentos de interação com seus pares, da turma de 2º Ano A do Ensino Fundamental I de uma escola pública em Samambaia – DF, também será realizado uma oficina com a turma.

A turma é composta de 26 alunos, sendo 13 meninos e 13 meninas, com idade entre 07 e 09 anos. A turma é participativa, frequente, tem bom comportamento e bom relacionamento um com os outros e com o professor.

6.3. Contexto da intervenção

O presente estudo será realizado numa escola de Ensino Fundamental I da rede pública situada na cidade de Samambaia-DF. A escola fica na QR 614 Área especial nº 1, possui 10 salas de aula, 01 sala de reforço, 02 banheiros de alunos com adaptações para deficientes físicos, 02 banheiros de professores, 01 sala de professores, 01 sala do SOE e SEAA, 01 sala de direção, 01 sala de mecanografia,

01 sala de auxiliares, 01 cantina, 01 laboratório de informática, 01 sala de leitura, 01 cantina, 01 quadra e 01 parque. Enquanto aos profissionais a escola dispõe de 01 diretor, 01 vice-diretora, 01 auxiliar administrativo, 01 supervisora pedagógica, 01 pedagoga, 02 coordenadores pedagógicos, 20 professores, 01 monitora, 02 secretários 02 merendeiras, 02 porteiras, 02 vigias e 11 profissionais da limpeza. Em relação aos níveis e modalidades de ensino, a escola atende somente as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, tem cerca de 250 alunos no turno matutino e 250 alunos no turno vespertino, num total de 20 turmas distribuídas assim:

• 04 turmas de 1º ano;
• 04 turmas de 2º ano;
• 04 turmas de 3ª ano;
• 04 turmas de 4ª ano;
• 04 turmas de 5ª ano;
• Ensino integral.

A comunidade pertencente à escola é composta de família de várias classes, a maioria mora em várias quadras de Samambaia e até mesmo Taguatinga, assim sendo o perfil das mesmas é muito diversificado, os chefes da casa, a maior parte, tem ensino médio e utiliza-se de ônibus como principal meio de transporte.

Quanto aos funcionários da escola, a maioria tem entre 15 e 25 anos de tempo de Secretaria sendo que alguns possuem de 8 a 18 anos de atuação somente nesta escola.

Como função social a Escola Classe 614 tem (PPP, p.14)

> [...] a busca incessante pela formação do educando em sua totalidade; sob uma perspectiva crítica que os qualifique a atuar futuramente com competência técnico-científica, mediante a construção de experiências coerentes aos valores coletivos adquiridos neste espaço e que serão indispensáveis para a convivência coletiva.

A partir disto a escola busca levar o aluno a ter uma leitura crítica do mundo e buscar uma sociedade mais justa, para isso realiza projetos, como “Momento mágicos e Valores para vida”, “Herdeiros do futuro”, etc.

6.4. Histórico da cidade

Samambaia foi criada no dia 25 de outubro de 1989, para assentar famílias oriundas de invasões e fundos de quintal, vindas de diversas partes do país para o Distrito Federal. Com a oficialização, através da lei 49 e decreto 11.291, se tornou a 12ª Região Administrativa do Distrito Federal - RA XII/DF, e passou a ser urbanizada.

O projeto urbanístico foi elaborado 11 anos antes, em 1978, pelo Plano Estrutural de Organização Territorial - PEOT implementado em 1982. Os primeiros lotes na cidade foram vendidos na quadra 406 e no Setor de Mansões Leste (hoje Taguatinga). Já em 1985, os primeiros moradores começaram a viver na cidade.

Três anos após as primeiras ocupações, foram construídas 3.381 casas destinadas a famílias de baixa renda, principalmente de funcionários públicos. A casa própria foi adquirida com o apoio do Sistema Habitacional de Interesse Social - SHIS mediante financiamento do Banco Nacional.

A partir de 1989 a cidade passou a receber um grande número de famílias em busca do seu 'lugar ao sol'. Hoje Samambaia figura entre as cidades que mais crescem no Distrito Federal e no Brasil, de olho no desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

7 – AÇÕES INTERVENTIVAS

A presente pesquisa busca refletir sobre a seguinte problemática: O que pensam as crianças sobre os estereótipos acerca do ser menino e menina?

Para isso será realizado observações das atitudes dos alunos nas atividades dirigidas diárias, em momentos de descontração e recreação, além de uma oficina com a turma 2º ano A, a qual sou regente.

Durante o mês de outubro, será observado a rotina escolar dos alunos, seus comportamentos e relação com seus pares. Também será realizada uma oficina, dividida em duas manhãs.

Na primeira manhã será confeccionado inicialmente dois cartazes, um colando gravuras com “coisas de menino”, e outro, com “coisas de menina”. Em seguida será realizada a leitura do livro “menino brinca de boneca?”, interpretação oral do texto e reflexão: meninos e meninas são diferentes? Conversar sobre as ideias trazidas no texto, reavaliar os cartazes feitos, propor a confecção de um terceiro cartaz com o título “coisas de menina e de menino”, e fixar as gravuras correspondentes, utilizando as imagens sobressalentes e retirando ou não as coladas nos primeiros cartazes.

Na segunda manhã, a turma assistirá o filme O Espanta Tubarões (Direção Bibo Bergeron / Vicky Jenson / Rob Letterman, 2004), que entre outros personagens conta a história de um tubarão que é reprimido pelo pai. Em seguida, após uma conversa informal sobre o filme, será construído um texto coletivo sobre o mesmo, por fim cada aluno irá fazer o desenho ilustrativo do texto.

Segue cronograma de intervenção:

ATIVIDADE	TEMPO
Observação da rotina escolar	Mês de outubro
Confecção de cartazes “coisas de menino” e “coisas de menina” e “coisas de menina e menino”. Leitura do livro: **Menino brinca de boneca?** - Marcos Ribeiro	22/10
Filme: O Espanta Tubarões Produção de texto coletivo e desenho ilustrativo individual	23/10

8 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO

Sabendo que os sujeitos da diversidade pode ser sujeitos, em diversas situações, de vulnerabilidade, é que esta pesquisa voltou-se para a temática de gênero, atentando-se ao problema do sexismo existente nos diversos âmbitos da sociedade, principalmente dentro da escola, por isso preocupei-me antes de tudo saber o que pensam as crianças a respeito do sexismo, pois se queremos mudanças de hábitos discriminatórios, mesmo que involuntários, necessitamos de conhecimento prévio sobre sujeitos da diversidade, pois não há mudança sem conhecimento.

Sendo assim esta pesquisa buscou analisar o sexismo a partir de debate com alunos do 2º Ano do Ensino Fundamental, perceber ações que reforçam pensamentos sexistas no ambiente escolar e analisar o papel da escola no contexto da diversidade cultural frente aos estereótipos de gênero.

Para que os objetivos fossem alcançados, no mês de outubro iniciei a observação dos alunos do 2º A, no qual sou regente, buscava identificar elementos extremos de machismo e/ou feminismo, mesmo que ocultos, não foi difícil reconhecer, nos momentos de parquinho onde constatei alguns meninos brincando e se sujando sem problema algum, várias meninas tinham total zelo pela manutenção de suas roupas limpas. Neste momento resolvi intervir, chamei estas meninas e perguntei:

- Meninas porque não vão ao escorregador?
- *Menina A: Para não sujar a roupa.*
- Mas qual o problema em se sujar?
- *Menina B: minha mãe disse que sou uma mocinha e mocinha não se suja.*

Neste momento chamei também alguns meninos e perguntei:

- Rapazes, vocês podem se sujar?
- *Menino A: Claro tio.*
- Mas e seus pais, o que falam da roupa suja?
- *Menino B: minha vó disse que vai "me matar" se eu me sujar, mas eu não vou deixar de brincar.*

Essas simples falas, demonstram as diferenças entre tratamento com meninas e meninos, elas tem que possuir uma postura de realeza, uma princesa encantada, já

os meninos “são selvagem” só por serem homens, não escandaliza vê-los sujos após um momento de parque.

Durante as interações no parque, observei também que as crianças separam se de acordo com seus gêneros, os meninos tendem a brincar mais no roda-roda e balanço e as meninas na casinha e gangorra. O que reforça este estereótipo que já vem de casa que as meninas devem brincar de forma mais comportada.

Observei também a questão da letra (grafia) se vermos uma menina com letra feia, pedimos para a mesma apagar e refazer até sua letra ficar “linda” enquanto se a letra do menino for feia, a aceitamos e achamos normal e se for garrancho no máximo ironicamente a comparamos com “letra de médico”, assim até reforçando outro rótulo.

Além da observação, realizei também uma oficina a partir de uma atividade de casa da aula anterior, solicitei que trouxessem para escola recortes de revistas, jornais e folhetos de propagandas com fotos de brinquedos, esportes, objetos de uso doméstico, fotos que lembrem ou retratem atividades profissionais – também separei algumas imagens de objetos que são marcados pela ideia de diferenças de gênero, e outras que não têm essa marca.

No dia, 22 de outubro de 2015, na sala de aula, propus que a turma se dividisse em dois grupos mistos, com meninos e meninas, distribuí o material para a confecção dos cartazes. Um dos grupos deveria escolher entre os recortes o que consideram serem “coisas de menina”, e o outro, “coisas de menino”, assim os grupos produziram um cartaz cada, colando as imagens com fita crepe, foi orientado para não utilizarem as imagens julgadas unissex. Em seguida apresentaram seus cartazes e justificaram suas escolhas com as seguintes afirmações: *Fogão é coisa de menina, carro é coisa de menino, ferro de passar roupa é coisa de menina, skate é coisa de menino, camiseta rosa é coisa de menina, guitarra é coisa de menino.* Fixei os cartazes no mural da sala. Após o recreio levei os alunos para sala de leitura e contei a história “Menino brinca de boneca?” foi muito divertido esse momento, pois a todo instante os alunos interagiam com a história concordando ou não com as afirmações. Depois da leitura, retornamos a sala de aula e iniciamos um debate: os questionei sobre as atividades que eles indicam como masculinas e femininas. Foram muitas as respostas como: “As meninas podem brincar de boneca, de casinha, podem pular corda, brincar de bola, os meninos podem andar de skate, brincar de carrinho...” Questionei se os meninos não poderiam fazer tudo o que as meninas disseram e se as meninas não podiam fazer também o que os meninos fazem, eles responderem que podiam, mas

foram unanimes em colocar “defeitos” um nos outros, as meninas disseram que os meninos eram chatos, sem educação... e os meninos disseram que as meninas eram choronas, mas que as vezes era legal brincar com elas de pique-pega. Peguei o gancho, então, para conversarmos sobre as diferenças e sobre o respeito.

Logo após, propus à turma que observassem e reavaliassem os cartazes que tinham confeccionado no início da aula os estimulando a rever o trabalho realizado e alterá-lo; caso desejassem, criando assim um novo e terceiro cartaz denominado “coisas de menina e menino” utilizando as gravuras sobressalentes e reposicionando imagens fixadas nos primeiros cartazes.

No dia seguinte, para finalizar a oficina, assistimos ao filme “O Espanta Tubarões”, que entre outros personagens conta a história do Lenny, um tubarão diferente que não gosta de matar para comer e é reprimido pelo pai, Don Lino. Os alunos assistiram atentamente ao filme, interagindo com a história e torcendo para que o tubarão Lenny tivesse coragem em contar para seu pai, sua vontade em ser vegetariano, sendo assim, diferente de outros da sua espécie. Conversei com a classe a importância de expor seus gostos pessoais, sem receio, mesmo se tal gosto pareça incomum.

Com o findar da oficina, pude observar o quanto é enraizado a cultura do masculino e feminino, não venho neste instrumento de pesquisa julgar o que é certo ou errado, apenas relatar que os alunos que participaram, responderam bem a proposta, identificaram em suas falas e atitudes sexistas, e se esforçam para rompe-las, mas como estão inseridas numa sociedade machista, classicista, este trabalho de intervenção precisa continuar para além dos muros da escola.

9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sexismo é uma das formas mais sutis de discriminação de gênero, uma vez que ele passa despercebido nas relações sociais, pois desde muito pequenos somos inseridos em um mundo que separa as funções sociais de acordo com o sexo de cada um. Estas funções tão naturalizadas em nossa cultura fazem com que homens e mulheres estejam em constante luta por igualdade de gênero.

Com este trabalho, constatei o modo como o pensamento sexista se estrutura na sociedade, por mais que as falas atualmente tendam para igualdade de gênero, meninos e meninas ainda não têm as mesmas oportunidades. No ambiente escolar são “separados” nos momentos de lazer, na fila, as meninas são estimuladas para se dedicarem mais em português (área das humanas) e os meninos mais em matemática (área das exatas). Parece bobeira, mas são essas atitudes que formam adultos com discriminação de gênero, com segregação do masculino e feminino nas funções sociais. Por isso, nesta pesquisa, indaguei o que pensam as crianças sobres os estereótipos acerca do ser menino e do ser menina, para isso busquei analisar o sexismo a partir de debates com alunos do 2º ano de uma escola pública de Samambaia – DF, analisar o papel da escola no contexto da diversidade cultural frente aos estereótipos de gênero e perceber as ações que reforçam pensamentos sexistas no ambiente escolar.

Foi possível perceber que a escola tem o papel imprescindível de contribuir para uma educação livre de rótulos, e de levar os estudantes a uma visão crítica do mundo que os cerca e serem coparticipantes de uma educação voltada para e em direitos humanos no contexto da diversidade cultural.

Com a exposição dessa problemática e trabalhado com estes alunos, espero ter contribuído para suscitar, nos profissionais de educação, nos alunos e em seus familiares a importância do reconhecimento do EU único, sem rotulação, para que vivamos em uma sociedade com o mínimo de segregação de gênero.

10– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA – RA XII. **SAMAMBAIA**. Disponível em: < http://www.samambaia.df.gov.br/sobre-a-secretaria/conheca-samambaia-ra-xii.html> Acesso em: 18 out. 2015.

CARVALHO, Adriana; REVISTA DIGITAL EDUCAR PARA CRESCER. EDITORA ABRIL. **Gêneros diferentes, direitos iguais.** (2014). In: http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/igualdade-genero-756416.shtml. Acesso em 25/10/2015.

CARRARA, Sérgio (org.), et al. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade.** In: *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.* Livro de conteúdo. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CHAGAS, Julia Chamusca. PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. **Definição, função e características do PPP: elaboração e implementação.** In: *curso de especialização em educação em e para os direitos humanos, no contexto da diversidade*. (Modulo X). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

FREIRE, Nilcéa (org.), et al. **Construindo uma política em educação em gênero e diversidade.** In: *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.* Livro de conteúdo. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

JUNIOR, José Geraldo de Sousa. SOUSA, Heloisa Bicalho de. **Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação.** In: *curso de especialização em educação em e para os direitos humanos, no contexto da diversidade*. (Modulo VIII). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

LAGAR, Fabiana. SANTANA, Barbara Beatriz de. DUTRA, Rosimeire. **Conhecimentos Pedagógicos para Concursos Públicos.** Brasilia: Gran Cursos Editora, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MACIEL, Diva Albuquerque e Geane J. Silva. **Metodologia de pesquisa: pré-projeto de pesquisa-intervenção.** In: *curso de especialização em educação em e para os direitos humanos, no contexto da diversidade*. (Modulo V). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

PPP Escola Classe 614 de Samambaia. Disponível em: < http://sumtec.se.df.gov.br/sistemas/ppp/wp-content/uploads/2014/10/PPP-EC-614.pdf > Acesso em: 18 out. 2015.

PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. **Diversidade Cultural e Ambiente escolar.** In: *curso de especialização em educação em e para os direitos humanos, no contexto da diversidade*. (Módulos I, II e IV). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

RIBEIRO, Marcos. **Menino brinca de boneca?** Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.

SOUSA, Heloisa Bicalho de. **Retrospectiva histórica e concepção da Educação em e para os Direitos Humanos.** In: *curso de especialização em educação em e para os direitos humanos, no contexto da diversidade*. (Modulo VIII). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

Wikipédia. **Igualdade de gênero**. In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Igualdade_de_g%C3%A9nero. Acessado em 24/10/2015.

Wikipédia. **Sexismo.** In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sexismo. Acesso em 25/10/2015.